

The Washington Post

3ª edição

SEXTA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 2024

onintercolegial.com.br

Editores-chefes

João Neto
Sofia Gallo

Jornalistas

Ana Luísa Marques
Júlia Carvalho
Lorena Gerodetti
Maria Luíza Sklaski
María Martínez
Rebecca Princen
Vitória Walker

Desenhistas

Ana Karine Pinheiro
Clara Aang
Daniel Costa
Maria Letícia Carneiro
Melina Sucasas

Audiovisual

Cecília Baradel
Clara Liz Marques
João Melo
Rafaela Onnis
Renata Góes

Mídias

Beatriz Motta
Camila Leal
Maria Aguiar
Rafaela Onnis
Sara Andrade

OEA

Debates na Organização dos Estados Americanos chegam numa resolução após quatro dias

Delegações discutiram sobre a região de Essequibo e conseguiram chegar a uma proposta de resolução favorável a todos.

Por Júlia Carvalho



Foto: Rafaela Onnis

Nos últimos dias do mês de abril de 2024, as discussões da Organização dos Estados Americanos foram acaloradas, performáticas e de muita tensão para todos os presentes diante do debate. Com a temática “Venezuela e Guiana: tensões geopolíticas e a influência externa na América Latina”, as delegações discutiram, principalmente, sobre o Laudo Arbitral de Paris de 1899, e se o mesmo é fraudulento ou não. No fim, todos entraram em um surpreendente acordo, já que não se sabe se a fraude foi verídica. Nesta casa, foi também discutida a resolução da questão, com apresentação de documento pela delegação cubana, forma de acordo entre delegações como Rússia, Cuba e alguns outros aliados, a ilustre presença da OTAN, e também, a intervenção do chefe de estado colombiano, alegando supostas fraudes e acusando os Estados Unidos.

Durante a infeliz crise, foram descobertas tropas dos Países Baixos próximos a costa venezuelana assim como falas contraditórias vindas da Venezuela. A Imprensa do The Washington Post questionou diretamente as delegações do México, Bolívia, Panamá, Uruguai, Rússia, EUA, Guiana, e Venezuela, para procurar entender o assunto com uma maior profundidade.

Com muita discussão, as delegações da Venezuela e da Guiana entraram em um justo acordo, no qual a Guiana permite a utilização de 16% do território de Essequibo somente para a exploração sustentável da Venezuela, sujeito à fiscalização de países neutros para a mediação dos acontecimentos, assim, mantendo o território em posse guianense. Dessa forma, se tornando evidente que a Venezuela reconhece a incapacidade de zelar pela população do Essequibo, caso ocorra a anexação do território à mesma, principalmente, dos seus povos originários na região, assim como também reconhece que seu único interesse era econômico.

As coletivas de Imprensa foram extremamente frutíferas para entender a condição de vida da nação dos questionados. No primeiro dia, foram convidadas ao palco as delegações dos Estados Unidos e Venezuela. Os EUA foram questionados a respeito da retirada das sanções da Venezuela e quais eram suas intenções nisso, e a representante contemplou a imprensa com sua brilhante resposta. Já a Venezuela foi questionada a respeito da condição de vida em seu território, e se a mesma não preocupa a delegação. Ela respondeu culpabilizando terceiros, dessa forma, não contemplando a imprensa. No segundo dia de coletiva, as delegações convidadas foram da Guiana e Venezuela, essa última, para tratar de uma dúvida deixada em meio a crise.

Para a delegação guianense, o The Washington Post questionou sobre o silenciamento da mesma no debate, esse causado pela Venezuela e seus aliados, em sua resposta, a mesma reafirmou sua soberania e contemplou a imprensa. A Venezuela foi questionada sobre o pedido de moção para retirada de imprensa durante a crise e a imprensa fez um apelo para a mesma não confundir o seu país, dominado por mídias enviesadas e governamentais a favor de seu presidente, com uma mídia séria e internacional, como o The Washington Post. A delegada também foi perguntada se não acreditava ser hipócrita de seu posicionamento exigir tanta liberdade diante do falso cenário vivido em seu país, e novamente, não contemplou a imprensa. Dessa forma, os debates se encerraram com uma brilhante resolução que agradou a todas as delegações.



Charge: Ana Karine Pinheiro

UNHSC

Diplomatic drama unfolds in UNHSC during Yom Kippur War debate

Aggressive exchanges, refugee aid, and crisis resolution shape intense diplomatic efforts.

By Ana Luísa Marques



Picture: Renata Góes

On October 10, 1973, the debate of the Yom Kippur war began at 4pm in the UNHSC committee. The argument begins in an aggressive way, where the atmosphere becomes extremely hostile, with many masked offenses. During the debate, the Kenyan delegation made several comments in opposition to the United States, even attacking the country using profanity, which was immediately intervened by the chair. Furthermore, other countries reported their opposition to the United States, however the delegation remained without aggressively retaliating against any other country. The USSR also responded in a passive-aggressive way to some speeches made by Panama. During the next session, countries will debate the agenda. In the following session, the delegations started the day again deviating from the main topic discussed, but soon sought to enter the topics on the agenda, thus debating about the Suez Canal, with several differences that were resolved over time. The Suez Canal was divided and soon after this, the delegates began to debate more peacefully.

Syrian and Egyptian troops advance together across the Sinai Peninsula, making delegates realize the urgency of resolving the situation. Some delegations from neutral countries, such as Australia and Canada, were the first to offer proposals for welcoming refugees. In addition, other countries also provided support, offering help with food, kits, clothes, etc. During the debate, Israel proposed accepting the creation of a new Palestinian state if its sovereignty were recognized, bringing several different points of view, but thus contributing to a resolution. In the afternoon, a crisis occurred, where several people took to the streets, protesting for the end of the war and the liberation of the Palestinian people.

On October 10, 1973, the debate of the Yon Kippur war began. Chaos ensued, several terrorist attacks were carried out and the delegates became even more concerned and rushed to resolve the conflict. During the time they had to debate and reach a resolution together, the countries reached an agreement and prepared a "Crisis Draft Solution", where a part of the territory would be redivided between the people and thus resolved the crisis. At press conferences, the Soviet Union was questioned by The Washington Post, about its hypocrisy, which was widely observed throughout the debates.

After several divergences, discussions and international differences between the countries, the conflict came to an end. Israel will not occupy the Golan Heights and The Syrian Arab Republic will recognize the legitimacy of the State of Israel. Finally, civilization can rest and thus move towards peace.



Cartoon: Melina Sucasas

GRUPO DOS 20

Grupo dos 20: Da polarização à união

Por Vitória Walker



Foto: Cecília Baradel

A Cúpula do Grupo dos Vinte iniciou-se em 14 de novembro de 2008, e foi palco para debater e solucionar a Crise Econômica que o mundo enfrenta. Nela, o colapso do mercado imobiliário nos Estados Unidos desencadeou uma série de eventos, resultando em uma recessão global. Durante as sessões, que foram palco para discussões acaloradas e situações que traziam a iminência de novas crises, foram realizados diversos acordos bilaterais e multilaterais, auxiliando assim em sua resolução.

Desde o início das sessões, muitas delegações mostraram-se dispostas a resolver o problema, visando o bem-estar global. Porém, foi percebido, durante o debate, que certas nações mostraram-se excessivamente egoístas, visando soluções que asseguravam o próprio conforto: Enquanto o oriente, representado pelo BRIC, desde o começo insistia na mudança da hegemonia do dólar, os países ocidentais, como os EUA, ainda inicialmente mostraram proatividade, contando com projetos internos já em andamento pelas próprias nações. Dessa forma, deu-se o início da polarização do debate.

Ademais, com a acalorada discussão, ocorreram diversas trocas de farpas. Dessas, é possível destacar, nos momentos iniciais de debate, o presidente da República Francesa contra o da República Popular da China, em que o primeiro, para evidenciar a importância da moeda hegemônica, trouxe à tona o feudalismo chinês que, pela falta de uma união, resultou em tantas consequências negativas.

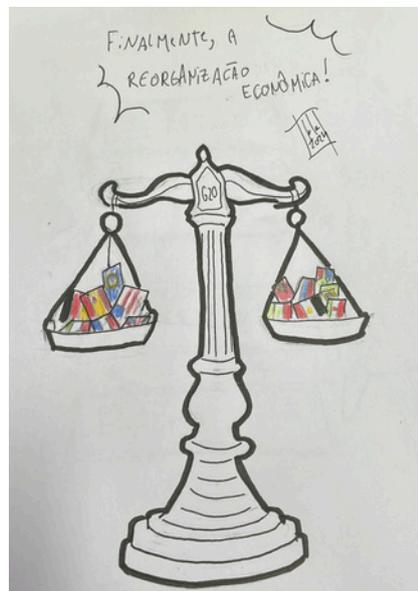
Após uma sessão monótona, somente com a apresentação de documentos, veio à tona a questão de reservas de urânio da República Islâmica do Irã que, segundo a presidente, são mantidas pelo bem-estar da população. Tal situação não agradou muitos países, em especial os Estados Unidos da América, mas foi resolvida com a implementação da fiscalização das reservas por órgãos internos da Federação Russa e da República Francesa. O presidente francês causou certa indignação nos demais chefes de Estado, inclusive em seus aliados, quando em diversos momentos apontou as empresas e empresários gananciosos como principais culpados da crise e se mostrou perdido na própria Política Externa, indo contra a liberdade econômica do país. Isso desagradou especialmente a Comissão Europeia, mas, felizmente, ambas as partes logo reconheceram suas gafes e se retrataram, reiterando a importância da nação francesa no bloco.

Outro ponto de destaque foi a integração do Irã e da África do Sul ao BRIC. situação que fortaleceu o lado oriental. Por muito tempo, a polarização do debate trouxe diversas discussões à Cúpula, especialmente com uma ameaça de bomba ao prédio do Fundo Monetário Internacional. No entanto, com ajuda dos países, a situação foi resolvida com a tomada de diferentes medidas.

Ao final da noite, ocorreu a primeira coletiva de imprensa do The Washington Post, a qual infelizmente foi marcada pela falta de respeito com a imprensa por parte da Federação Russa, que, ao ser questionada sobre o recorrente apontamento de culpados na situação, fugiu da pergunta. Frente ao questionamento, a pergunta, direcionada à Rússia, foi invertida pela senhora presidente, que voltou a atacar os Estados Unidos da América e o Reino da Espanha, salientando ainda mais o ponto de vista desse jornal. Além disso, a nação russa se mostrou bastante desrespeitosa com a imprensa, durante e depois da coletiva, juntamente da República Popular da China, que levou o jornal a repudiar a situação.

A seguinte sessão do dia surpreendeu a todos com a Arábia Saudita ao dizer que o dólar vem resolvendo a crise aos poucos e afirmando que, a partir do dado momento, todas as exportações de petróleo seriam feitas somente com essa moeda. Durante a tarde, foi vazado um documento da Inteligência Iraniana acerca de uma nova moeda do BRIC, que entraria em vigor internacionalmente e resultaria em uma nova economia mundial. Isso polarizou ainda mais o debate, com extrema separação oriental e ocidental. No entanto, foi-se visto que o documento era somente uma ideia futura e, focando no bem-estar geral, foi criado o banco dos BRICS.

Por fim, houve a segunda e última coletiva de imprensa, com a presença da República Islâmica do Irã e do Reino da Espanha, como forma do jornal reconhecer e valorizar todos os esforços da primeira-ministra espanhola desde o começo na resolução da crise. Na última manhã, foi redigida a Comunicado, pondo um ponto final na crise, trazendo a união da Cúpula pelo bem maior.



Charge: Maria Letícia Carneiro

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasil, de amor eterno seja símbolo: Câmara decide contra impeachment de Fernando Collor e a democracia prevalece entre os deputados

Os deputados da Câmara deliberaram acerca da abertura do impeachment do atual presidente da República após quatro dias de discussão.

Por Lorena Gerodetti



Foto: João Melo

No ano de 1992, a Câmara dos Deputados assume a responsabilidade de discutir a possível abertura do impeachment do presidente da República, Fernando Collor de Mello, o primeiro eleito democraticamente após o período da Ditadura Militar. Na primeira sessão, os deputados se posicionaram acerca do debate e a clara divisão e polaridade política dentro da Câmara foi estabelecida. Por meio de falas como “o processo de impeachment é de uma completa incongruência”, de Roberto Jefferson e “temos um presidente ladrão e corrupto”, de José Genoíno, a Câmara inicia a discussão trazendo a tona o governo de José Sarney, que antecedeu a presidência de Fernando Collor.

A Câmara teceu suas soluções por meio de PLs que contornaram os tópicos necessários para o andamento do processo. Liderados em conjunto por deputados da esquerda e da direita, especialmente José Serra, de PSDB e Nelson Marquezelli, do PTB, foram elaborados mais de três Projetos de Lei, que após apuração de evidências de ambos os lados, concluíram resoluções acerca de temas como: os planos econômicos de Fernando Collor, o desemprego, taxa de desemprego e as revoltas populacionais em relação ao governo de Collor.

O auge das discussões da Câmara se deu ao sequestro inesperado de Pedro Collor de Mello, irmão do presidente Collor, que foi apreendido e torturado por uma milícia brasileira. Assim, exigindo da Câmara uma resolução imediata, os deputados entraram em desespero, resultando até na tentativa de saída de Gastone Righi do seu próprio partido, PTB. Ao expulsar a imprensa da Câmara, após alguns minutos os deputados conseguiram cessar o desespero oriundo do sequestro e retomaram suas reuniões acerca do impeachment do presidente. Entretanto, a participação ilustre nos debates de uma economista de esquerda e do próprio advogado de Fernando Collor de Mello, foram fatores decisivos para traçar o caminho tomado pelas sessões seguintes da Câmara.

A esperada votação do impeachment do presidente da república, Fernando Collor de Mello iniciou-se em meio um ambiente hostil e conflituoso, em que a redundância da esquerda prevaleceu, e a sede por justiça da direita se reafirmou cada vez mais. Assim, com 8 votos a favor do impeachment e 12 votos contra, o Presidente da República do Brasil não é impeachmado. Após a recusa do impeachment, estabeleceu-se uma onda de alívio e esperança no cenário nacional. A decisão foi vista como uma vitória da estabilidade política e da democracia, afastando os fantasmas autoritários tanto da ditadura militar, quanto de uma crise institucional que poderia desestabilizar o país ainda mais.

ECOSOC

Sanções à Coreia do Norte: decisões acaloradas e resoluções justas

Por Maria Luiza Sklaski



Foto: Clara Liz Marques

O debate no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) que discutiu as sanções econômicas impostas a Coreia do Norte ocorreu do dia 11 até o dia 14 de junho. O debate começou com os discursos iniciais, dando destaque ao do delegado norte-coreano, que utilizou de comparações implícitas e explícitas, e criticando referindo-se aos Estados Unidos da América. A delegação norte-coreana evidenciou o uso anterior de armas nucleares pelo governo estadunidense, porém, enquanto critica este uso, o país asiático produz armas com potencial estimado de 250 quilotons – medida de destruição de bombas nucleares – enquanto a bomba de Hiroshima tinha potência medida de 16 quilotons.



Charge: Clara Aang

Após este ocorrido, houve a apresentação da agenda, documento enviado e proposto pela Coreia do Norte e Cuba. Entretanto, o debate sobre a agenda foi evitado e demorou para ser adotado e discutido de fato. A discussão desenvolveu-se e baseou-se em acusações entre as delegações, abordando com ênfase e repetidamente temas como Hiroshima e ataques russos à Ucrânia – tópicos relevantes, mas que não são prioritários. Depois de repetidas manifestações fora de contexto com o tema central, o debate direcionou-se à agenda, que após alterações, se tornou menos tendenciosa.

O primeiro tópico a ser debatido foi o histórico do dilema e da guerra das Coreias. Dessa maneira, as delegações discorreram e discutiram sobre invasão japonesa, colonialismo e imperialismo. Foi questionado, brilhantemente, pela delegação australiana se todas as ex-colônias deveriam possuir arsenal nuclear, evidenciando a ironia e descabimento das afirmações dos países orientais e socialistas. A partir disso, a presença dos Estados Unidos na Coreia do Norte foi questionada. Desse modo, a potência mundial teve de explicar repetidas vezes que protege a soberania dos seus aliados. Assim, a Coreia do Norte defendeu repetidamente que as sanções feriam a sua soberania e as armas nucleares eram uma maneira de garanti-la. Nesse viés, o discurso hipócrita e falacioso, conseguiu sustentar o programa armamentista, mas não as necessidades básicas de sua população, além do seu programa representar risco internacional.

Após isso, a discussão passou a avaliar os processos democráticos ao redor do globo. Dessa maneira, amedrontados com a possibilidade de exposição da falsa democracia cubana e norte-coreana, ambos afirmaram seu direito de autodeclaração. Ao serem questionados pela imprensa, fizeram alegações tangenciadas ou incompletas durante as intervenções e na coletiva. Além disso, também na coletiva, o imperialismo chinês sobre Taiwan foi evidenciado pela delegada chinesa.

Já no terceiro dia do debate, o empasse capitalismo-socialismo marcou as discussões assim como críticas à imprensa por parte do delegado brasileiro. A resolução da crise ocupou metade do dia dos delegados, mostrando lentidão na resolução do problema e tensão que a crise criou no comitê.

Tal crise foi o anúncio de um teste nuclear da República Popular Democrática da Coreia, que teve como resultado um terremoto de 5,3 na escala Richter, atingindo a China e deixando alguns mortos e muitos feridos, todos norte-coreanos. Em resposta imediata os Estados Unidos, a União Europeia, o Japão e a Coreia do Sul anunciaram novas sanções econômicas direcionadas a setores chave da economia norte-coreana. Dentre estas medidas, destaca-se a proibição total de exportações de carvão, minerais e produtos manufaturados, o bloqueio completo de transações financeiras internacionais com bancos norte-coreanos, entre outros. A atitude desesperada dos países desenvolvidos causa consequências severas, porém inevitáveis para evitar consequências mais extremas e desastrosas, uma vez que o programa nuclear representa um risco enorme a população da Coreia do Norte e a segurança internacional.

Após a resolução, a coletiva de imprensa ajudou a evidenciar o posicionamento coerente e responsável dos Estados Unidos, enquanto a resposta cubana contemplou a pergunta, mas tratou os problemas em seu país com eufemismo e vitimismo. Dessa maneira, o debate se encaminhou para o último dia e última sessão, na qual os delegados deveriam redigir uma resolução rapidamente. Assim, o debate foi concluído com a produção do Projeto de Resolução que acordou seu caráter comendativo. Dessa maneira: recomenda o Japão a reconhecer suas ações imperialistas e crimes de guerra nas Coreias e retratar-se por meio de uma carta oficial; encoraja a Coreia do Norte a se retratar com uma carta oficial pelos 13 japoneses sequestrados e mortos; endossa o apoio dos Estados Unidos, que em conjunto com outras potências, doará 1 milhão e 600 mil em alimentos à Coreia do Norte; recomenda discussões antes do fim de 2025 sobre tensões nucleares e a realização de plebiscitos sobre questões democráticas; o congelamento das produções e testes nucleares na Coreia do Norte por três anos; doação de subsídios em relação à crise ocorrida; acordo econômico de exportação de carvão mineral entre o Estado norte coreano e o estado Sul africano e acordo econômico de exportação de soja entre Brasil e Coreia do Norte.



Charge: Daniel Costa